

41º Encontro Anual da Anpocs

GT18 O presidencialismo de coalizão brasileiro

Presidencialismo de coalizão e representatividade partidária: preferências, saliência política e compromisso eleitoral

Matheus Lucas Hebling¹

Vitor Vasquez²

¹ Doutorando em Ciência Política (DCP/IFCH/Unicamp. Bolsista CNPq). Membro do Grupo de Estudos Legislativos da Unicamp e do DATAPOL (UFSCar). E-mail: matheushebling@gmail.com

² Doutorando em Ciência Política (DCP/IFCH/Unicamp. Bolsista Fapesp, projeto nº 2016/10421-1). Membro do Grupo de Estudos Legislativos da Unicamp e do Grupo de Estudos em Políticas Brasileiras associado ao Centro de Estudos de Opinião Pública (Polbras/Cesop – Unicamp). E-mail: vitor.vasquez@gmail.com

RESUMO

Partidos que compõem coalizão anunciam, individualmente, agendas legislativas através de programas eleitorais. A execução destas agendas em políticas é sinal de representatividade do partido perante seus eleitores. Contudo, partidos da coalizão possuem diferenças de preferências que podem impactar na capacidade destes em transformar em política o que fora eleitoralmente compromissado. Os partidos brasileiros são capazes de exercer esta representatividade? O presidencialismo de coalizão brasileiro é um incentivo que isto não ocorra? Nossa hipótese é que o cumprimento das promessas por parte do partido do presidente é impactado pela distância das preferências políticas entre o membro da coalizão e o partido do presidente. Buscamos confirmar esta hipótese analisando as promessas eleitorais dos programas partidários e as proposições legislativas oriundas do Executivo. Como controle, levamos em conta a força dos membros da coalizão no Poder Legislativo, a força do partido do presidente no Legislativo e o tempo de duração da coalizão. O período analisado abrangeu desde o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995), até o primeiro governo Dilma (2014).

Palavras-Chave: Presidencialismo de Coalizão; Programas Partidários; Responsividade; Preferências Políticas; Saliência.

ABSTRACT

Coalition parties individually announce legislative agendas through electoral programs. The implementation of these agendas in policies is a sign of the party's representativeness towards its constituents. However, coalition parties have differences of preferences that may impact on their ability to introduce as legislation what was electorally committed. Are Brazilian parties capable of exercising this representation? Is the Brazilian coalition Presidentialism an incentive that this does not happen? Our hypothesis is that compliance with promises by the president's party is impacted by the distance of political preferences between the coalition member and the president's party. We tried to confirm this hypothesis by analyzing the electoral promises of party programs and legislative proposals from the Executive. As a control, we consider the strength of coalition members in the legislative branch, the strength of the president's party in the legislature, and the duration of the coalition. The period analyzed ranged from the first administration of Fernando Henrique Cardoso (1995) to Dilma's first (2014).

Keywords: Coalition Presidentialism; Political Party Programs; Accountability; Political Preferences; Salience.

INTRODUÇÃO

A centralidade dada por Schattschneider (1942) aos partidos políticos como sendo os criadores da democracia moderna não é traduzida pela aceitação dos mesmos pela opinião pública. Assim, como apontam os dados do Latinobarômetro de 2016³, o Brasil possui o segundo menor nível de apoio à democracia da América Latina, passando de metade dos respondentes apoiando o regime democrático para cerca de um terço em apenas um ano. Ao focarmos apenas nos partidos políticos, estes possuem a confiança de menos de um quinto da população latino-americana. Não são antigos os gritos de “eles não nos representam” ou “o povo unido, não precisa de partido”⁴ que em 2013 faziam parte das manifestações contra a corrupção no Brasil. Seriam os partidos objetos merecedores de tamanha desconfiança? Deixariam eles de representar os ideais defendidos em campanhas?

V. O. Key Jr. (1964) descreve os partidos políticos como sendo organizados em torno de três atividades principais. A primeira delas é o partido no eleitorado, que deve ser entendido como o partido da campanha, que envolve a criação da imagem e reputação do candidato para o público e a forma como os eleitores usam essas fontes como atalhos informacionais para a tomada de decisão. Através desses atalhos informativos, o partido assume um papel especial, qual seja, de educar eleitores, simplificar escolhas eleitorais para eles e criar mobilização para a participação política. Nesta atuação, os partidos desenvolvem reputações de longo prazo que as personalidades de políticos particulares ou agendas variáveis de preocupações políticas geralmente não são capazes de fornecer. Embora muitas coisas possam entrar nessas reputações de longo prazo, uma das mais importantes é o desempenho baseado em políticas que criam não apenas reputação, mas também ideologia partidárias.

O partido no governo, a segunda delas, é o partido que organiza a legislatura e coordena ações em diversas instituições do governo nacional, cria maiorias para passar legislação, implementa objetivos para política pública, organiza dissidência, garante a responsabilidade por ações governamentais, fomenta a estabilidade e, para sistemas com

³ Dados disponíveis em <http://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>. Acesso em Setembro de 2017.

⁴ Ver em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/17/sem-partido-gritam-manifestantes-contra-uso-de-bandeiras-em-protesto-em-sp.htm>. Acesso em Setembro de 2017.

divisões verticais de poder, atua em todas as estruturas federais (COX; MCCUBBINS, 2007; HAGGARD; MCCUBBINS, 2000). O partido como organização, a última das atividades, recruta líderes para cargos e treina elites. Aqui, a articulação e agregação de interesses é central, como podemos ver nas figuras dos ativistas partidários e especialistas em campanha; que são responsáveis por negociar entre o público e o governo, seja invisível, visível, ou mesmo autonomamente do partido de governo, mas sempre como sua extensão externa (KITSCHOLT, 1989, 1999). Dentro desse trabalho, procuraremos entender como duas dessas atividades estão ligadas: o partido para o eleitorado, através de programas de governo e o partido no governo, através de legislação iniciadas pelo Poder Executivo federal.

Além de serem obrigatórios durante a candidatura aos cargos executivos no Brasil, os programas partidários (também referidos como manifestos, planos de governo ou plataformas) fornecem aos membros do partido e para a sociedade em geral os planos não apenas de campanha, mas também para governar após as eleições (HOFFERBERT; BUDGE, 1992; KING; LAVER, 1993; POMPER; LEDERMAN, 1980; SANBONMATSU, 2006). Eles estabelecem a comunicação entre as elites do partido com aqueles que representariam o partido. Como documentos escritos, os planos de governo são um mecanismo para responsabilizar os membros do partido, facilitando assim a responsividade eleitoral. Desde a década de 1970 e o aumento das eleições centradas no candidato, em vez de centradas no partido, eles também manifestam as preferências dos candidatos presidenciais (MAISEL, 1993).

Para Hofferbert e Budge (1992), os partidos políticos fazem compromissos específicos em suas plataformas eleitorais e tentam cumprir o máximo de promessas possíveis, uma vez que se elegeram no poder. Ao usar uma analogia de uma planta de uma casa, os autores postulam que os partidos concorrentes oferecem plataformas que são bastante distintas entre si, suficientemente salientes para permitir que os eleitores façam uma escolha racional não arbitrária com um mínimo de informações. Neste processo, os custos do eleitor para descobrir as diferenças do partido e as consequências da eleição de um partido e não do outro são pequenos. Além disso, os eleitores comparam prospectivamente as utilidades fornecidas por partidos concorrentes e eles dão seu voto àquele que lhes oferece a maior utilidade.

A relevância dos planos de governo não é consensual. Enquanto para Paddock (2010, p. 713, tradução nossa) "a maioria dos eleitores não lê as plataformas do partido, há evidências empíricas de que as promessas da plataforma atingem os eleitores através de meios indiretos (por exemplo, notícias)"; outra parte da literatura aponta que os planos de governo são utilizados pelas elites políticas para comunicar seus objetivos ao público e que o público usa plataformas para tomar decisões sobre os candidatos (FINE, 1994; KIDD, 2008; SIMAS; EVANS, 2011). Victor e Reinhardt (2016) argumentam ainda que não são as elites, mas sim os grupos de interesse que usam os planos de governo para articular seus empenhos, cujas preferências são incorporadas pelo partido para recompensar grupos que conseguirem mobilizar eleitores. Esses planos de governo não se destinam diretamente a mobilizar o suporte para o partido. Mesmo que as plataformas não sejam influentes na formação de políticas, há evidências de que os formuladores de políticas tentam aderir aos objetivos estabelecidos nas plataformas de seus partidos. Parcialmente consonante a esse argumento, Monroe (1983) defende que as plataformas do partido podem não ser feitas para consumo do eleitor médio, mas sim de eleitores estabelecidos do partido.

Pouco tem sido feito empiricamente em relação ao cumprimento de promessas de campanha feitas em planos de governo, em especial na América Latina. Dos trabalhos que empenharam este esforço, Budge e Hofferbert (1990) demonstram fortes ligações entre as plataformas eleitorais e os resultados do governo, especificamente, as prioridades de gastos federais, e Pomper e Lederman (1980) descobrem que os partidos seguem aproximadamente metade das promessas feitas em planos de governo. Diante desta lacuna, o objetivo desse *paper* é verificar não apenas se as promessas são propostas em legislação, mas também em que medida o sistema de governo, ou seja, o presidencialismo de coalizão, impacta na capacidade do partido em apresentar estas promessas via matéria legislativa. Desta forma, propomos tanto uma contribuição empírica (responsividade partidária), quanto teórico (impacto do presidencialismo de coalizão nesta responsividade). A pergunta que nos orienta é se podemos considerar os partidos brasileiros como responsivos e em que medida o presidencialismo de coalizão é um sistema que incentiva tal responsividade.

Nosso argumento é que o presidencialismo de coalizão impacta na capacidade do partido do presidente em executar as suas promessas eleitorais específicas de seus programas. Deste modo, quanto maior forem as variações das preferências políticas dos partidos que compõem a coalizão, maiores serão as dificuldades do partido do presidente em tocar uma

agenda diretamente vinculada às suas promessas. Porém, se por um lado isto significa dificuldade de responsividade de um partido, o do presidente; por outro isto implica que outros partidos, que também representam seus eleitores no Legislativo ou no Executivo, via coalizão, também têm suas preferências atendidas na governança. Em suma, mais do que ser um obstáculo à responsividade, o presidencialismo de coalizão complexifica o debate em torno do tema, por exigir que a participação de outros partidos também seja considerada nas tomadas de decisão.

Nossa investigação englobou cinco mandatos presidenciais, de 1995 a 2014, utilizando as promessas eleitorais dos presidentes e verificando quanto delas fora proposto pelo Executivo via matéria legislativa. O *paper* está estruturado em mais três partes, além desta introdução. Na próxima seção, apresentamos a discussão teórica que sustenta o argumento. Após isso, apresentamos uma seção metodológica com apresentação e análise de dados. Por fim, fazemos breves considerações finais, destacando as principais contribuições e limitações do *paper*.

RESPONSIVIDADE E PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO

A capacidade dos partidos de converter em política suas promessas eleitorais, e o impacto disto na democracia, estabeleceu um debate de longa tradição na ciência política (BERNARD, 1994; O'DONELL, 1994). De acordo com Cox (1997, p. 225), autores como Powell (1982), Lijphart (1984) e Shugart e Carey (1992) analisaram este debate sob o prisma de um *trade-off* entre representatividade e estabilidade governamental. Central para este argumento é o sistema eleitoral, pois, uma vez que este se fortalece, permitindo menos competidores viáveis, a representatividade tende a diminuir e estabilidade governamental tende a aumentar (COX, 1997, p. 225)⁵.

⁵ Deve-se destacar que, em conjunto ao sistema eleitoral, os partidos e o sistema partidário e a própria forma de governo também influenciaram neste debate. Especialmente sobre o caso brasileiro, os estudos tenderam a focar mais na questão da estabilidade governamental do que na representatividade (AMES, 2003; MAINWARING, 1999). A este respeito, Figueiredo e Limongi (2001, p. 22) argumentam que “a existência de incentivos derivados da arena eleitoral não garante que estes venham a se tornar efetivos”. Ou seja, nenhuma destas análises pode ser conclusiva abrindo mão das instituições endógenas ao processo legislativo.

Contudo, pouco se investigou se um dado arranjo institucional de sistema de governo impacta na capacidade de um partido realizar as promessas feitas aos seus eleitores. Disto deriva-se, portanto, a seguinte questão: em que medida o presidencialismo de coalizão impacta na capacidade responsiva dos partidos? Mais especificamente, como isso impacta na responsividade do partido do presidente eleito? O esforço em responder esta pergunta contribui para duas temáticas da Ciência Política, quais sejam, presidencialismo de coalizão e representatividade partidária. Para tanto, assumimos que a ação dos parlamentares pode até ser influenciada pelo sistema eleitoral, porém esta atuação é diretamente (e primordialmente) impactada pelas regras inerentes ao próprio processo legislativo (CHEIBUB, 2007; FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001; FREITAS, 2016) que, no nosso caso de análise, é estabelecido pelo presidencialismo de coalizão.

Neste arranjo, embora nas eleições um dado partido atue como competidor oficial, dentro da coalizão age coordenadamente, e isto deve impactar na sua capacidade de executar as políticas anunciadas na campanha eleitoral. Freitas (2016) retoma Laver e Schofield (1991) para destacar que este cenário oferece um risco aos partidos da coalizão, qual seja, a possibilidade de não serem diferenciados pelos eleitores na próxima eleição. Para evitar isto, os partidos atuam em dois flancos: “ao tempo que cooperam e tentam colher o máximo de crédito possível por cada medida aprovada, também farão o possível para imputar os custos aos outros partidos da coalizão” (FREITAS, 2016, p. 19). Isto estabelece um cenário no qual os partidos atuam conjuntamente na coalizão, mas permanecem, pelo menos de forma latente, numa competição partidária. Nossa assunção é que esta dinâmica de cooperar com seu potencial competidor faz com que pertencer a uma coalizão impacte na capacidade de um partido em ser responsivo ao seu eleitor quanto à realização de políticas prometidas, e a competição partidária é essencial neste processo.

Esta configuração pode ser especialmente crítica no caso do partido do presidente, para ser eleito, ter assumido compromissos políticos com seus eleitores que provavelmente serão impactados pelos partidos da coalizão. Ou seja, por um lado o partido (ou a coligação eleitoral) do chefe do Executivo foi eleito a partir de uma plataforma que representa sua preferência política e, conseqüentemente, de seus eleitores; por outro, ao precisar celebrar uma coalizão para governar, esta preferência, em termos de políticas executadas, possivelmente será deslocada pelos outros partidos membros da coalizão. Neste processo o partido do presidente precisa, em um só tempo, manter a governabilidade, acatando certas

preferências de seus partidos parceiros e se mostrar responsivo aos seus eleitores; mais, precisa agir assim de olho na competição partidária que logo seguirá oficialmente nos próximos pleitos. Interessante nesta dinâmica é que ao mesmo tempo em que o partido do presidente tem mais dificuldade para ser responsivo, outros partidos ganham voz nas tomadas de decisão. Como no presidencialismo de coalizão a agenda é compartilhada por todos os membros que a compõe, este sistema de governo complexifica o debate em torno da responsividade eleitoral dos partidos.

Uma das abordagens teóricas mais proeminentes para explicar a mecânica da competição partidária é a teoria da saliência. Essa teoria tem origem no trabalho de Budge e Farlie (1983), e se desdobrou para o estudo de diversos sistemas políticos. A sua aplicabilidade teórica é ampla, ao passo que, enquanto Petrocik (1996) concentra sua análise em aspectos do lado da demanda dos eleitores, Riker (1993) e os teóricos da saliência original tratam principalmente do lado da oferta, ou seja, de partidos ou elites políticas em geral.

A teoria da saliência baseia-se em uma premissa muito específica sobre como as elites partidárias percebem as preferências dos eleitores e em uma compreensão também específica do comportamento eleitoral. Seu alicerce se constitui no conceito de *issue ownership*, que assume que certos partidos são percebidos pelos eleitores como sendo mais competentes do que os seus adversários numa área de política específica. A teoria argumenta que é racional para os partidos enfatizarem apenas essas questões em seu portfólio ideológico, em que a posição do partido está de acordo com as preferências da maioria e o eleitorado avalia a competência política do partido mais alta que a de seus concorrentes. A ênfase seletiva, ao invés de confrontação direta é vista como a estratégia partidária mais comum e promissora na competição eleitoral.

O conceito de *issue ownership* pressupõe que a priorização dos eleitores em questões cruciais varia entre as eleições, ao passo que suas atitudes políticas mudam bastante lentamente. Questões (ou problemas) muitas vezes se tornam salientes por causa de eventos ou desenvolvimentos além do controle partidário. Os eleitores não possuem consistência ideológica em questões (PETROCIK, 1996), mas agrupam questões específicas em um número limitado de tipos amplos, cada um com um objetivo desejável e visto de forma independente. Entretanto, para alguns cidadãos, um partido político

também pode ser um associado a uma questão de modo negativo, se possuir uma reputação particularmente ruim para o seu tratamento (WAGNER; MEYER, 2015).

Como os partidos possuem diferentes preferências políticas, é coerente que se apresentem para seus eleitores a partir de diferentes plataformas, selecionando para tanto, questões que sejam a eles salientes. No entanto, embora esta seja uma forma eficiente de se apresentar ao eleitor, questões salientes tendem a ser bastante negociadas pelos outros partidos antes de serem executadas. Isto tende a ser mais difícil quanto mais os partidos que estão tomando a decisão coletivamente divergem do ponto de vista das preferências políticas. Como no presidencialismo de coalizão a agenda do Executivo é da coalizão governista e não exclusiva do presidente (FREITAS, 2016), este arranjo institucional torna-se profícuo para se investigar a capacidade responsiva dos partidos, especialmente do partido do presidente.

Neste trabalho, focaremos em como se dá a formação da agenda do partido do presidente eleito através dos manifestos partidários apresentados durante o período eleitoral. O intuito é verificar qual é a responsividade dos parlamentares eleitos por este partido perante estas promessas dentro da arena legislativa. A formação da agenda⁶ envolve o reconhecimento, definição e resolução de preocupações políticas, sendo um processo político e público por natureza e recebe tanto influências governamentais como não-governamentais. Em um ambiente institucional, ela define as fronteiras da deliberação de políticas públicas, impulsiona mudança social e distribui poder (KIEWIET; MCCUBBINS, 1991; RIKER, 1986). Nelson (1984) vê a formação da agenda⁷ como sendo a maneira pela qual oficiais públicos aprendem sobre novos problemas, decidindo dar sua opinião pessoal e mobilizando organizações que respondam a eles.

No Brasil, os partidos que apresentam candidatos para presidente anunciam suas agendas legislativas através de manifestos eleitorais. Contudo, uma vez que o sistema político brasileiro é regido pelo presidencialismo de coalizão, o partido do presidente eleito atua em conjunto a diferentes preferências política no processo legislativo. Figueiredo e

⁶ Partimos do pressuposto de Cohen (2012) que agendas podem ser medidas e avaliadas.

⁷ A autora cita cinco catalizadores para a formação de agenda: catástrofes, mudança tecnológica e demográfica, distribuição desigual de recursos, crescimento organizacional e preparo para mudança estrutural, observando um *continuum* entre as questões conflituosas de posição, e questões de valência consensuais. Estas últimas tendem a obter o apoio das elites políticas e do público em geral, mas não necessariamente da comunidade empresarial e seus apoiadores no Congresso.

Limongi (2001) e Limongi e Figueiredo (2009) demonstraram que tais diferenças não impedem que a agenda política brasileira seja posta em marcha. Mesmo em casos de fracasso de grandes políticas econômicas – como nos planos Verão e Collor –, o sistema político não foi obstáculo para a implementação destas políticas (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001). Isto é, o fracasso dos planos ocorreu por efeitos indesejáveis não previstos em seus planejamentos, não pela impossibilidade de implementação.

A interferência dos partidos da coalizão na agenda política do processo legislativo brasileiro foi ratificada por outros trabalhos. Freitas (2016), por exemplo, analisou os partidos da coalizão atuando dentro do Legislativo. Segundo a autora, o processo de alteração de propostas de leis feitos no interior deste Poder, “é coordenado pelos partidos que compõem a maioria, via relatores, que, por sua vez, têm um papel central na construção do consenso em torno das políticas” (FREITAS, 2016, p. 111). Batista (2014), por sua vez, argumenta que os membros da coalizão atuam na definição de agenda deste Poder, que ocorre de forma mais ou menos contingente, a depender da distância das preferências entre o seu partido e o partido do presidente, o qual tende a concentrar mais as decisões legislativas, ao passo que os outros partidos atuam mais na distribuição de orçamento.

Acompanhamos este debate e tomamos como ponto de partida que o presidencialismo de coalizão brasileiro é efetivo no que tange à execução de políticas públicas. No entanto, questionamos o quanto, neste arranjo, o partido do presidente é capaz de colocar em prática a agenda compromissada com seus eleitores. Por um lado, a execução destas agendas em políticas é sinal de representatividade do partido perante seus eleitores; por outro, partidos parceiros de coalizão, que possuem saliência em diferentes questões e, por isso, diferentes preferências, podem impactar na capacidade de um partido em transformar em política o que fora eleitoralmente compromissado. Entretanto, isto está longe de ser não democrático, uma vez que envolveria preferências ainda mais plurais do que somente aquelas dos eleitores do partido do presidente. Assim, questionamos o quanto o partido do presidente, atuando em coalizão, é capaz de monopolizar a preferência das políticas executadas em seus governos. Ou ao contrário, o quanto os partidos da coalizão impactam na proposição política elaborada pelos parlamentares membros do partido do chefe do Executivo.

Neste sentido, estabelecemos a seguinte questão: o fato do partido membro da coalizão ter saliência em diferentes questões e, portanto, preferências políticas distintas do partido do

presidente impacta na sua capacidade de representatividade? Assim, nossa hipótese é que quanto mais distantes forem as preferências entre o membro da coalizão e o partido do presidente, menor será a capacidade do partido do presidente de representar seus eleitores. Nossa hipótese estabelece duas variáveis: preferência política (variável independente) e capacidade de representação do partido do presidente (variável dependente). Por fim, mobilizaremos três variáveis controle: peso da coalizão no Legislativo, peso do partido do presidente no Legislativo e número de dias da coalizão.

O dado que nos informará sobre a capacidade responsiva dos partidos do presidente são as promessas eleitorais feitas nos manifestos. Através de uma análise documental qualitativa (CELLARD, 2008), compararemos as promessas eleitorais com os projetos de legislação apresentados via Executivo. Neste caso, quanto mais distantes forem as preferências políticas dos partidos membros da coalizão, menor será a capacidade representativa deste partido em relação aos seus eleitores. O período de tempo analisado é de 1995 a 2014, contando com dois governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, dois governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e um governo da Presidente Dilma Rousseff.

ANÁLISE DE DADOS

Nossa investigação consistiu, num primeiro momento, em verificar quanto do compromisso eleitoral do partido que elegeu o presidente fora indicado por matéria iniciada pelo Executivo. Fizemos isso para cinco mandatos, de 1995-2014. As promessas que os partidos realizaram junto aos seus eleitores foram extraídas de seus programas eleitorais⁸. Separamos os programas eleitorais em linhas, cada qual indicando uma promessa.

⁸ Extraímos as propostas de governo do banco de dados do Manifesto Project: https://visuals.manifesto-project.wzb.eu/mpdb-shiny/cmp_dashboard_dataset/, acessado em 25/08/2017. São elas: Mãos à obra Brasil (CARDOSO, 1994), Avança, Brasil (CARDOSO, 1998), Um Brasil para todos (PT, 2002), Lula Presidente (PT, 2006) e Os treze compromissos programáticos de Dilma Rousseff (PT, 2010).

Esta etapa foi executada a partir de análise documental. Como aponta Cellard (2008), o documento⁹ ajuda a reconstituir o passado sendo, por vezes, a única forma de acesso a atividades distantes ou mesmo recentes, permitindo acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. Esse tipo de pesquisa possibilita o encadeamento entre a problemática colocada pelo pesquisador e as informações extraídas de sua documentação, além de permitir a formulação de explicações plausíveis para produzir uma interpretação coerente. Dessa forma, o objetivo da pesquisa passa a ser o estabelecimento de um corpus satisfatório, que possa levar a interpretações novas ou à modificação de pressupostos iniciais. Aqui, portanto, utilizamos os programas como documentos e construímos um corpus de propostas de campanha. Assumimos que eles sejam um referencial adequado de representatividade, autenticidade e credibilidade, uma vez que o texto evita distorções de sentido com maior facilidade em relação à fala.

Como propostas, entendemos todo compromisso feito através de uma indicação clara como “construir novas escolas” ou “investir em saneamento básico na região Nordeste”. Além de terem sido classificadas tematicamente, as propostas podem ser colocadas em dois grandes grupos: verificáveis, ou seja, propostas que podem ser rastreadas através de legislação e não-verificáveis. São muitos os exemplos de propostas não-verificáveis, como “consolidar o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)” (PT, 2006), “universalização do saneamento Básico” (PT, 2010) ou mesmo “incentivar nos municípios turísticos a produção de alimentos para hotéis, restaurantes, pousadas, bares, barracas e aquisição direta pelos turistas” (CARDOSO, 1998). Não há maneiras de verificar consolidação, incentivo ou mesmo universalização via legislação iniciada pelo Poder Executivo. Parte das propostas não-verificáveis abrange ações que podem ser feitas via Ministérios, como regulamentações; via Legislativo, se a lei foi iniciada por parlamentares ou mesmo no caso de o texto ser abstrato demais para conseguirmos identificar legislação.

Neste sentido, é importante salientar que o fato de uma promessa não ter seu correspondente via legislação emitida pelo Executivo não significa que ela não foi cumprida ou que fora esquecida pelo partido. Nosso intuito, neste caso, resume-se a inferir o quanto fazer parte de uma coalizão governista, composta por diversos partidos e,

⁹ Documento é entendido como “todo texto escrito, manuscrito ou impresso registrado em papel” (CELLARD, 2008, p. 297). Conforme Grix (2001), documentos são escritos com um propósito e são baseados em suposições particulares e apresentados de uma certa maneira ou estilo.

portanto, diversas preferências políticas, interfere na capacidade do partido do presidente em executar suas promessas eleitorais. Assim, estamos assumindo que a proposição de projetos, via Executivo, que dialogam diretamente com as promessas eleitorais do partido do presidente é um bom *proxy* da capacidade deste partido em tornar efetivo seus pactos firmados com seus eleitores.

Para verificar as matérias propostas via Executivo, analisamos as Medidas Provisórias (MPV), os Projetos de Lei Ordinária (PL), os Projetos de Lei Complementar (PLP) e as Propostas de Emenda à Constituição (PEC)¹⁰ enviadas durante o período. Avaliamos as propostas legislativa e não seus resultados, pois, conforme Freitas (FREITAS, 2016, p. 63), o Legislativo contribui consideravelmente no texto das leis, inclusive naquelas oriundas do Executivo. Ou seja, via de regra, estamos avaliando mais o esforço inicial do Executivo, via coalizão, em propor algo que fora prometido eleitoralmente pelo partido do presidente, do que se isto se efetivou de fato. Desta forma, como já afirmamos, este esforço é um proxy de incentivo para o partido do presidente executar suas promessas com menos esforço deliberativo junto à coalizão, e não uma análise efetiva de sua capacidade de fazê-lo. Assim, para analisarmos se foram propostas matérias referentes à promessa de cada presidente analisado, pegamos cada proposta de governo da legislatura, extraímos palavras-chave e descritores da proposta e realizamos busca nas matérias legislativas do período.

O resumo do que encontramos nesta primeira etapa analítica é apresentado na tabela que segue. Destaca-se que, em média, 8,3% das promessas eleitorais se transformam em propostas legislativas que partem do Executivo. Contudo, deve-se atentar que há grandes discrepâncias entre cada governo, sendo que durante os dois mandatos de Lula foram encontradas as taxas mais baixas e, durante o primeiro governo FHC, o maior índice.

¹⁰ As informações referentes às propostas legislativas elaboradas pelo Executivo foram retiradas do Banco de Dados Legislativos do CEBRAP.

Tabela 1: Matérias iniciadas pelo Executivo correspondente a promessas eleitorais.

Governo	Propostas	Matérias	Matérias (%)
FHC I	650	90	13.8%
FHC II	915	62	6.8%
Lula I	155	3	1.9%
Lula II	224	5	2.2%
Dilma I	133	10	7.5%
Total	2077	170	8.2%

Fonte: Elaboração própria a partir do Manifesto Project e do Banco de Dados Legislativos do CEBRAP.

Das promessas eleitorais convertidas em matéria legislativa, quase 46% foram via MPV, 15% através de PEC, 35% por PL e 3,5% por PLP. Se compararmos estes valores com o total de matérias iniciadas pelo Executivo, vemos que MPV e PLP são proporcionais. No entanto, há sub-representação de PL e, o que chama atenção, sobre-representação de PEC. Estes dados seguem na próxima tabela.

Tabela 2: Tipo de Matérias: correspondentes a promessas e total enviada.

Tipo de Matéria	Correspondente	Total
MPV	45.9%	47.8%
PEC	15.3%	2.9%
PL	35.3%	46.2%
PLP	3.5%	3.0%

Fonte: Elaboração própria a partir do Manifesto Project e do Banco de Dados Legislativos do CEBRAP.

A sobre-representação da PEC ocorre porque, não raramente, o mesmo projeto deste tipo refere-se a mais de uma promessa eleitoral. Esta dinâmica é presente principalmente no primeiro governo FHC, quase exclusivamente na primeira coalizão formada para este mandato¹¹. Além disso, destaca-se também a ampla ocorrência de promessas eleitorais com MPVs correspondentes durante os dois governos peessedebistas. Já durante o primeiro governo Lula, as escassas propostas de campanha com equivalente em matérias iniciadas

¹¹ Para ser mais exato, estas PECs foram enviada todas em 1995, primeiro ano do mandato FHC. São elas: PEC 0003/95, que visou flexibilizar o setor de telecomunicações expandindo-o a empresas não-estatais; PEC 0004/95, que propôs flexibilizar a exploração de serviços locais de gás canalizado; PEC 0006/95, que tratou da flexibilização do monopólio estatal do petróleo; PEC 0033/95, referente à reforma da previdência e; PEC0233/95, sobre a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Em suma, três delas tratava de um dos carros chefe da campanha eleitoral do PSDB em 1994, qual seja, a desestatização de vários serviços públicos.

pelo Executivo subdividem-se equitativamente em MPV, PL e PLP. Cabe destacar que em três coalizões estabelecidas neste mandato, nenhum projeto correspondente foi encontrado. No segundo mandato, sempre que uma promessa eleitoral petista teve matéria correspondente, isto ocorreu via PL, com exceção de um PLP durante a primeira coalizão do Lula 2. Finalmente, em relação ao Dilma 1, quando uma proposta eleitoral teve projeto que versou sobre ela, isto foi via MPV ou PL. Estas informações estão na tabela 3.

Tabela 3: Matérias que correspondem a promessas: por coalizão e tipo de projeto.

Coalizão	Partidos	Início	Fim	MPV	PEC	PL	PLP
FHC I 1	PSDB - PFL - PMDB - PTB	01/01/1995	25/04/1996	3	25	16	2
FHC I 2	PSDB - PFL - PMDB - PTB - PP	26/04/1996	31/12/1998	33	1	10	0
FHC II 1	PSDB - PFL - PMDB - PP	01/01/1999	05/03/2002	37	0	20	2
FHC II 2	PSDB - PMDB - PP	06/03/2002	31/12/2002	2	0	1	0
Lula I 1	PT - PL - PCdoB - PSB - PTB - PDT - PPS - PV	01/01/2003	22/01/2004	1	0	0	0
Lula I 2	PT - PL - PCdoB - PSB - PTB - PPS - PV - PMDB	23/01/2004	31/01/2005	0	0	0	0
Lula I 3	PT - PL - PCdoB - PSB - PTB - PV - PMDB	01/02/2005	19/05/2005	0	0	0	0
Lula I 4	PT - PL - PCdoB - PSB - PTB - PMDB	20/05/2005	22/07/2005	0	0	0	0
Lula I 5	PT - PL - PCdoB - PSB - PTB - PMDB - PP	23/07/2005	31/12/2006	0	0	1	1
Lula II 1	PT - PR - PCdoB - PSB - PTB - PMDB - PP	01/01/2007	01/04/2007	0	0	0	1
Lula II 2	PT - PR - PCdoB - PSB - PTB - PMDB - PP - PDT - PRB	02/04/2007	27/09/2009	0	0	3	0
Lula II 3	PT - PR - PCdoB - PSB - PMDB - PP - PDT - PRB	28/09/2009	31/12/2010	0	0	1	0
Dilma I 1	PT - PCdoB - PDT - PMDB - PP - PR - PSB	01/01/2011	01/03/2012	2	0	3	0
Dilma I 2	PT - PCdoB - PDT - PMDB - PP - PR - PSB - PRB	02/03/2012	02/10/2013	0	0	4	0
Dilma I 3	PT - PCdoB - PDT - PMDB - PP - PR - PRB	03/10/2013	31/12/2014	0	0	1	0

Fonte: Elaboração própria a partir do Manifesto Project e do Banco de Dados Legislativos do CEBRAP.

Os dados referentes aos mandatos FHC são muito discrepantes se comparados aos relativos ao governo PT. A este respeito, salientamos que as promessas eleitorais elaboradas pelo PSDB são muito mais extensas do que as petistas. Por exemplo, ao passo que os dois textos eleitorais de Fernando Henrique possuem mais de 300 páginas, a proposta do Partido dos Trabalhadores que mais páginas tem é a que elegeu Lula para o seu primeiro mandato, com pouco mais de 70. No caso de Dilma, a promessa eleitoral da candidata foi sumariada em

20 páginas. Isto nos apresentou um obstáculo metodológico do ponto de vista comparativo. Pois, mesmo que o mandato de Dilma e o segundo governo FHC apresentem porcentagens semelhantes de promessa eleitoral cujo teor tenha equivalência em matéria enviada via Executivo, o baixo número de casos da petista torna menos robusta o resultado de testes estatísticos quantitativos oriundos desta comparação.

Contudo, ainda que cientes desta ressalva, mantivemos a proposição da hipótese, analisando, inicialmente de forma descritiva, se o fato da coalizão ser composta por partidos cujas preferências políticas se distanciam impacta na capacidade de representatividade do partido do presidente. Tomamos como *proxy* de múltiplas preferências políticas o número de partidos que compõe a coalizão¹². Assumimos, portanto, que quanto mais partidos compõem uma coalizão, mais difícil é a tomada de decisão coletiva dentro dela. Consequentemente, menos incentivo (e oportunidade) o partido do presidente tem de propor, via coalizão, uma matéria que esteja diretamente vinculada ao seu programa de governo. Além disso, consideramos, também descritivamente nesta etapa, a porcentagem de cadeiras da coalizão na Câmara, a porcentagem de cadeiras do partido do presidente e o número de dias da coalizão. Estas variáveis servem como controle em relação às preferências políticas.

As informações, dispostas na tabela 4, sugerem que há alguma conexão entre o número de partidos que compõe a coalizão e a porcentagem de propostas eleitorais com matérias correspondentes iniciadas no Executivo. É possível observar que as maiores taxas desta equivalência ocorrem justamente durante os dois governos FHC, quando menos partidos participavam das coalizões. A única exceção acontece na segunda coalizão do FHC II, ocasião em que o PSDB rachou com seu principal parceiro, o PFL. Neste período, a coalizão governista contou com apenas 48,5% das cadeiras na Câmara. Por outro lado, as menores taxas de promessas eleitorais com projetos que versam sobre elas ocorrem durante as coalizões petistas, ou seja, quando um número elevado de partidos participa das tomadas de decisões do Executivo.

¹² O mais adequado para mensuração de preferência e ideologia política seria trabalhar com estimadores de ponto ideal. Exemplo disso pode ser visto no trabalho de Zucco Jr. e Lauderdale (2011). Porém, uma rápida olhada na distribuição ideológica dos partidos (ZUCCO JR., 2011, p. 42) já permite que se infira sobre a múltipla faceta ideológica de boa parte das coalizões firmadas durante os governos PT, graças ao amplo número de partidos que delas participaram.

Tabela 4: Por coalizão: nº partidos, % cadeiras coalizão, % cadeiras partido presidente, nº dias da coalizão, % matérias correspondentes a promessas eleitorais.

Coalizão	Nº partidos	% cadeiras coalizão	%cadeiras partido presidente	Nº dias que durou a coalizão	% matérias que corresponde a promessa
FHC I 1	4	56.5%	9.4%	480	7.1%
FHC I 2	5	77.0%	16.6%	979	6.8%
FHC II 1	4	69.0%	18.3%	1159	6.4%
FHC II 2	3	45.0%	18.3%	300	0.3%
Lula I 1	8	48.5%	11.1%	386	0.6%
Lula I 2	8	62.4%	17.5%	374	0.0%
Lula I 3	7	59.8%	17.5%	107	0.0%
Lula I 4	6	58.9%	17.7%	63	0.0%
Lula I 5	7	69.4%	17.5%	526	1.3%
Lula II 1	7	53.6%	15.8%	90	0.4%
Lula II 2	9	68.0%	16.0%	909	1.3%
Lula II 3	8	63.0%	15.4%	459	0.4%
Dilma I 1	7	63.5%	17.2%	425	3.8%
Dilma I 2	8	61.8%	17.2%	579	3.0%
Dilma I 3	7	55.6%	17.2%	454	0.8%

Fonte: Elaboração própria a partir do Manifesto Project e do Banco de Dados Legislativos do CEBRAP.

De posse destas informações, mas também dos limites estatísticos de nossos dados, rodamos uma regressão linear multivariada para verificar os efeitos da nossa variável independente e de nossas variáveis de controle em nossa variável dependente.

Variável dependente: Porcentagem de promessa eleitoral versada em matéria legislativa enviada pelo Executivo durante a coalizão;

Variável independente: Número de partidos na coalizão – proxy de distância de preferência política. Assunção: quanto maior o número de partidos, maior tende a ser a distância média das preferências dos partidos em relação ao partido do presidente;

Variável controle 1: Porcentagem de cadeiras da coalizão. Controla se uma ampla taxa de ocupação da coalizão não incentivaria o Executivo a enviar matérias que correspondam à promessas eleitorais;

Variável controle 2: Porcentagem de cadeiras do partido do presidente. Controla se uma maior porcentagem de cadeiras ocupadas pelo partido do presidente incentiva o Executivo a enviar matérias que correspondam à promessas eleitorais;

Variável controle 3: Número de dias da coalizão. Controla se coalizões que duram mais tempo não interferem na quantidade de promessa versada em matéria legislativa enviada pelo Executivo;

A regressão multivariada indica que o número de partidos que compõe uma coalizão impacta negativamente na porcentagem de promessa eleitoral do partido do presidente proposta via matéria legislativa pelo Executivo. Isto é, os resultados expostos na tabela a seguir indicam que quanto mais variada forem as preferências políticas de uma coalizão, mais difícil será para o partido do presidente cumprir suas promessas eleitorais individuais. Além disso, as variáveis controle porcentagem de cadeiras da coalizão e número de dias não tiveram efeito sobre a variável dependente. Por fim, destaca-se que a variável controle porcentagem de cadeiras do partido do presidente teve efeito menor e contrário ao controlado. Isto aponta que esta variável não conforma um incentivo para que o Executivo envie matérias que correspondam a promessas eleitorais feitas pelo partido do presidente.

Tabela 5: Resultados da regressão multivariada rodada no programa Stata®.

Equation	Obs	Parms	RMSE	"R-sq"	F	P
materias	15	5	1.236327	0.8408	13.20754	0.0005

materias	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
n_partidos	-.8085138	.200566	-4.03	0.002	-1.255403	-.3616248
cad_coalizão	.1509081	.0605358	2.49	0.032	.0160259	.2857903
cad_part_pres	-.4496308	.1391534	-3.23	0.009	-.7596839	-.1395777
n_dias	.0025082	.0015106	1.66	0.128	-.0008576	.005874
_cons	4.313964	3.133328	1.38	0.199	-2.667526	11.29545

Fonte: Elaboração própria a partir do Manifesto Project e do Banco de Dados Legislativos do CEBRAP.

Os resultados de nossa análise indicam a confirmação de nossa hipótese, qual seja, de que quanto mais próximas forem as preferências políticas dos membros da coalizão, maior é o incentivo para que o partido do presidente consolide suas propostas elaboradas individualmente ou via coligação eleitoral. No entanto, destacamos que o fato do partido do presidente enfrentar obstáculos para ser responsivo em relação aos seus eleitores no que

diz respeito às promessas específicas de seus programas não é necessariamente prejudicial do ponto de vista democrático. Se por um lado isto pode indicar obstáculo, por outro pode sugerir decisões tomadas coletivamente, incluindo outras preferências políticas que também representam promessas eleitorais para disputas legislativas, por exemplo. Afinal, “[a] coalizão formada para alcançar maioria no Legislativo tem como consequência o aumento do número de atores que participam nas decisões. A agenda do Executivo não é a agenda do presidente, mas sim a agenda da coalizão” (FREITAS, 2016, p. 111).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso paper buscou demonstrar que a capacidade de responsividade eleitoral do partido do presidente inserido no presidencialismo de coalizão é impactada pelas diferenças em torno das preferências políticas dos partidos que compõem esta coalizão. Assim, quanto mais diferentes forem as questões salientes para os partidos da coalizão governista, menos o partido do presidente conseguirá ser responsivo às promessas feitas especificamente a seus eleitores. Como argumentamos, entretanto, isto pode ser mais democrático do que parece à primeira vista. Pois as tomadas de decisões feitas coletivamente são mais difíceis de serem coordenadas, porém tendem a ser mais completas e universalistas do que aquelas tomadas por menos atores.

Do ponto de vista da coerência de nossos argumentos, duas ressalvas metodológicas precisam ser feitas. Em primeiro lugar, como a proporção dos tamanhos de coalizão coincide com o partido do presidente, é difícil afirmar se é de fato a variação na preferência política ou a estratégia específica do partido do chefe do Executivo que interfere na variável dependente. O mesmo problema encontra-se na montagem do banco de promessas eleitorais, e esta é a segunda ressalva. Dado que os documentos elaborados pelo PT são sistematicamente menores que os do PSDB¹³, não sabemos se as indicações dos dados estão levando para uma inferência coerente ou se, novamente, elas estão enviesadas por uma estratégia particular do presidenciável.

¹³ Estas características no formato das promessas eleitorais dos dois partidos se repetem em todas as eleições, sendo que os programas do PSDB são sistematicamente mais volumosos que os do PT.

O primeiro ponto é contornável com a realização de pesquisas comparadas. Assim, se nossa hipótese se confirmar em outros presidencialismos de coalizão, poderemos ter mais segurança de que os resultados encontrados não foram gerados por características específicas partidárias. Pelo contrário, a percepção deste impacto de forma padronizada corroboraria a conformação empírica de que o presidencialismo de coalizão impacta na capacidade responsiva do partido do presidente.

Quanto ao segundo obstáculo, este poderia ser resolvido utilizando os dados da Propaganda do Horário Eleitoral Gratuito (HGPE), ou dos debates eleitorais, através dos quais teríamos, possivelmente, um número equivalente de promessas para cada partido. Porém, abrir mão dos documentos escritos nos traria os problemas de distorções de sentido inerentes ao conteúdo oral. Em suma, este é um *trade-off* que o nosso problema de pesquisa apresenta, mas que pode ser sanado pensando na elaboração de um banco de dados de promessas eleitorais mais completo, que por ventura congregue diferentes fontes. Acreditamos que se abrem portas para inúmeras possibilidades de análise em relação a *issue ownership*, a análise de edições em matérias iniciadas e prometidas em campanha, à análise com recorte temporal mais profundo, à comparabilidade em sistemas subnacionais ou internacionais com sistemas de governo iguais ou diferentes. Estes são horizontes e desafios que esta pesquisa ainda exploratória apresenta à Ciência Política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMES, B. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2003.
- BATISTA, M. **O mistério dos ministérios: a governança da coalizão no presidencialismo brasileiro**. Recife, PE: UFPE - Universidade Federal de Pernambuco. Recuperado outubro 4, 2017, 2014.
- BERNARD, M. The metamorphoses of representative government. **Economy and Society**, v. 23, n. 2, p. 133–171. doi: 10.1080/03085149400000001, 1994.
- BUDGE, I.; FARLIE, D. **Explaining and Predicting Elections: Issue Effects and Party Strategies in Twenty-three Democracies**. Allen & Unwin, 1983.
- BUDGE, I.; HOFFERBERT, R. I. Mandates and Policy Outputs: U.S. Party Platforms and Federal Expenditures. **The American Political Science Review**, v. 84, n. 1, p. 111–131. doi: 10.2307/1963632, 1990.
- CARDOSO, F. H. **Mãos à obra Brasil: proposta de governo**. , 1994.

- CARDOSO, F. H. *Avança Brasil: Mais 4 anos de desenvolvimento para todos.* , 1998.
- CELLARD, A. A análise documental. In: J. Poupart; J.-P. Deslauriers; L.-H. Groulx; et al. (Orgs.); **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** v. 295, p.2010–2013. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CHEIBUB, J. A. **Presidentialism, Parliamentarism, and Democracy.** Cambridge University Press, 2007.
- COX, G. W. **Making Votes Count: Strategic Coordination in the World's Electoral Systems.** Cambridge University Press, 1997.
- COX, G. W.; MCCUBBINS, M. D. **Legislative Leviathan: Party Government in the House.** Cambridge University Press, 2007.
- FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional.** 2º ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2001.
- FINE, T. S. Lobbying from within: Government Elites and the Framing of the 1988 Democratic and Republican Party Platforms. **Presidential Studies Quarterly**, v. 24, n. 4, p. 855–863, 1994.
- FREITAS, A. **O Presidencialismo da coalizão.** 1º ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016.
- GRIX, J. **Demystifying Postgraduate Research.** Birmingham: University of Birmingham Press, 2001.
- HAGGARD, S.; MCCUBBINS, M. D. **Presidents, Parliaments, and Policy.** Cambridge University Press, 2000.
- HOFFERBERT, R. I.; BUDGE, I. The Party Mandate and the Westminster Model: Election Programmes and Government Spending in Britain, 1948-85. **British Journal of Political Science**, v. 22, n. 2, p. 151–182, 1992.
- KEY JR., V. O. **Politics, Parties, and Pressure Groups.** New York, NY: Thomas Y. Crowell Company, 1964.
- KIDD, Q. The Real (Lack of) Difference between Republicans and Democrats: A Computer Word Score Analysis of Party Platforms, 1996-2004. **PS: Political Science and Politics**, v. 41, n. 3, p. 519–525, 2008.
- KIEWIET, D. R.; MCCUBBINS, M. D. **The Logic of Delegation.** University of Chicago Press, 1991.
- KING, G.; LAVER, M. On Party Platforms, Mandates, and Government Spending. **American Political Science Review**, v. 87, p. 744–750, 1993.
- KITSCHOLT, H. **The Logics of Party Formation: Ecological Politics in Belgium and West Germany.** Cornell University Press, 1989.
- KITSCHOLT, H. **Post-Communist Party Systems: Competition, Representation, and Inter-Party Cooperation.** Cambridge University Press, 1999.
- LAVER, M.; SCHOFIELD, N. **Multiparty Government: The Politics of Coalition in Europe.** Oxford University Press, 1991.
- LIJPHART, A. **Democracies: Patterns of Majoritarian and Consensus Government in Twenty-one Countries.** Yale University Press, 1984.

- LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. Poder de Agenda e Políticas Substantivas. In: L. Rennó; M. Inacio (Orgs.); **Legislativo brasileiro em perspectiva comparada**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2009.
- MAINWARING, S. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Porto Alegre, RS; Rio de Janeiro, RJ: Mercado Aberto; FGV, 1999.
- MAISEL, L. S. The Platform-Writing Process: Candidate-Centered Platforms in 1992. **Political Science Quarterly**, v. 108, n. 4, p. 671–698. doi: 10.2307/2152404, 1993.
- MONROE, A. D. American Party Platforms and Public Opinion. **American Journal of Political Science**, v. 27, n. 1, p. 27–42. doi: 10.2307/2111051, 1983.
- NELSON, B. J. Women's Poverty and Women's Citizenship: Some Political Consequences of Economic Marginality. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 10, n. 2, p. 209–231. doi: 10.1086/494134, 1984.
- O'DONELL, G. A. Delegative democracy. **Journal of democracy**, v. 5, n. 1, p. 55–69, 1994.
- PADDOCK, J. Ideological polarization in a decentralized party system: Explaining interstate differences. **The Social Science Journal**, v. 47, n. 3, p. 710–722. doi: 10.1016/j.soscij.2010.01.014, 2010.
- PETROCIK, J. R. Issue Ownership in Presidential Elections, with a 1980 Case Study. **American Journal of Political Science**, v. 40, n. 3, p. 825–850. doi: 10.2307/2111797, 1996.
- POMPER, G. M.; LEDERMAN, S. **Elections in America: control and influence in democratic politics**. New York, NY: Longman, 1980.
- POWELL, G. B. **Contemporary Democracies**. Harvard University Press, 1982.
- PT, P. DOS T. Um Brasil para todos. , 2002.
- PT, P. DOS T. Lula presidente: Programa de governo. , 2006.
- PT, P. DOS T. Os treze compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira. , 2010.
- RIKER, W. H. **The Art of Political Manipulation**. Yale University Press, 1986.
- RIKER, W. H. **Agenda Formation**. University of Michigan Press, 1993.
- SANBONMATSU, K. **Where Women Run: Gender and Party in the American States**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2006.
- SCHATTSCHEIDER, E. E. **Party government: American government in action**. 1º ed. New York, NY: Farrar and Rinehart, 1942.
- SHUGART, M. S.; CAREY, J. M. **Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics**. Cambridge University Press, 1992.
- SIMAS, E. N.; EVANS, K. A. Linking Party Platforms to Perceptions of Presidential Candidates' Policy Positions, 1972–2000. **Political Research Quarterly**, v. 64, n. 4, p. 831–839. doi: 10.1177/1065912910379226, 2011.
- VICTOR, J. N.; REINHARDT, G. Y. Competing for the platform: How organized interests affect party positioning in the United States. **Party Politics**, p. 1354068816678888. doi: 10.1177/1354068816678888, 2016.

WAGNER, M.; MEYER, T. M. Negative Issue Ownership. **West European Politics**, v. 38, n. 4, p. 797–816. doi: 10.1080/01402382.2015.1039380, 2015.

ZUCCO JR., C. Esquerda, direita e Governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: T. J. Power; C. Zucco Jr. (Orgs.); **O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira**. p.319. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2011.

ZUCCO JR., C.; LAUDERDALE, B. E. Distinguishing Between Influences on Brazilian Legislative Behavior. **Legislative Studies Quarterly**, v. 36, n. 3, p. 363–396. doi: 10.1111/j.1939-9162.2011.00019.x, 2011.